



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe - 29/07/2016

Audiência para discutir situação do Zoo ocorre hoje

Juliana Moura

A Justiça Federal realizará hoje, 28, uma audiência para discutir a situação do Zoológico do Parque da Cidade, após os Ministérios Públicos Federal e Estadual (MPF) e (MPE) ajuizarem uma ação civil pública solicitando a interdição imediata do local até que sejam feitas as correções das irregularidades que foram encontradas no estabelecimento.

No dia 21 deste mês, o parque foi inspecionado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam em defesa dos animais e também por representantes da Justiça Federal e do

MPF para verificar as condições ambientais e da fauna do zoológico.

Segundo a assessoria de comunicação da Justiça Federal, na audiência o Ibama entregará o relatório da inspeção feito no parque e o objetivo da sessão é encontrar, junto com os órgãos competentes e as ONGs, alternativas para solucionar as irregularidades que há no Parque da Cidade, sem precisar fechá-lo.

• Ação

Na ação do MPF e do MPE, entre as adequações solicitadas, estão a higienização do ambulatório, a contratação de um biólogo, a retirada de animais mantidos em recintos improvisados como jaulas e gaiolas no setor extra, um local para recuperação dos animais doentes e recém-chegados, a aquisição de

veículo adequado para o transporte dos animais e reformas e reparos nos recintos.

Outro pedido que consta na ação é que a Justiça Federal determine aos órgãos competentes, como o Ibama e a Administração Estadual do Meio Ambiente, a transferência de um leão para outra instituição devidamente autorizada, onde o animal possa ter a companhia de outros da sua espécie, pois o zoológico não pode receber outros animais enquanto estiver com irregularidades.

De acordo com informações do MPF, nas investigações realizadas pelos Ministérios, mostrou-se que não são assegurados aos animais segurança, alimentação, medicamentos, procedimentos médicos e exames periódicos. Além disso, os recintos estão antigos e precisam de manutenção imediata.